

Empresa de  
Transmissão do  
Espírito Santo S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de dezembro  
de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas e Diretores da  
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa de



Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de Fevereiro de 2018.

#### **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Côntador CRC 1SP160482/O-6

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>7.220</b>	<b>7.802</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	2.631	2.027
Títulos e valores mobiliários	6.2	2.175	2.251
Concessionárias e permissionárias	4	1.580	1.608
Outros ativos circulantes		834	1.916
<b>Ativo não circulante</b>		<b>55.557</b>	<b>58.394</b>
Concessionárias e permissionárias	4	103	152
Outros ativos não circulantes		197	272
Imobilizado	5.1	54.231	57.018
Intangível	5.2	1.026	952
<b>Total do ativo</b>		<b>62.777</b>	<b>66.196</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>		<b>9.184</b>	<b>7.549</b>
Fornecedores		71	10
Empréstimos e financiamentos	6.1	-	3.938
Obrigações sociais e trabalhistas		204	135
Tributos e contribuições sociais a recolher		142	558
Partes relacionadas - Dividendos declarados	7	7.755	1.686
Adiantamento de clientes		157	465
Encargos setoriais		839	733
Outros passivos circulantes		16	24
<b>Passivo não circulante</b>		<b>12.182</b>	<b>16.558</b>
Empréstimos e financiamentos	6.1	-	16.319
Provisão para litígios		119	239
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.000	
Outros passivos não circulantes		63	
<b>Total do passivo</b>		<b>21.366</b>	<b>24.107</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>41.411</b>	<b>42.089</b>
Capital social	8.1	29.064	29.064
Reservas de lucros	8.2	12.347	13.025
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>41.411</b>	<b>42.089</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>62.777</b>	<b>66.196</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

## Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	9	15.714	15.139
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(192)	(315)
Cofins		(884)	(1.414)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(140)	(132)
Reserva Global de Reversão - RGR		(409)	(394)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(63)	(61)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>14.026</b>	<b>12.823</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>14.026</b>	<b>12.823</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	10	(1.162)	(1.277)
Material		(119)	(68)
Serviços de Terceiros		(1.083)	(792)
Arrendamento e Aluguéis		(237)	(215)
Seguros		(31)	(28)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	(15)
Provisões		29	(128)
Tributos		(17)	(57)
Depreciação e Amortização		(2.880)	(2.021)
Outras Despesas Operacionais		34	(13)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>8.560</b>	<b>8.209</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(1.657)	(2.111)
Receitas Financeiras		640	595
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>7.543</b>	<b>6.693</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(466)	(809)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		7.077	5.884
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>7.077</b>	<b>5.884</b>
<b>Lucro Por Ação</b>			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,243497	0,202450
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,243497	0,202450
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,243497	0,202450
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,243497	0,202450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>7.077</b>	<b>5.884</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	-	-
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b><u>7.077</u></b>	<b><u>5.884</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>29.064</b>	<b>8.827</b>	-	<b>37.891</b>
Incentivos Fiscais	-	889	(889)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	6.200	(6.200)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.884	<b>5.884</b>
Reserva Legal	-	355	(355)	-
Dividendos	-	-	(1.686)	<b>(1.686)</b>
Reserva de lucros	-	(3.246)	3.246	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>29.064</b>	<b>13.025</b>	-	<b>42.089</b>
Incentivos Fiscais	-	1.286	(1.286)	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	(1.536)	1.536	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	7.077	<b>7.077</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	395	(395)	-
Dividendos	-	-	(7.755)	<b>(7.755)</b>
Reserva de lucros	-	(823)	823	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>29.064</b>	<b>12.347</b>	-	<b>41.411</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>7.543</b>	<b>6.693</b>
<b>Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação	2.880	2.021
Juros e Variações Monetárias	1.621	1.986
Outros	(270)	(266)
	<u>11.774</u>	<u>10.434</u>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Concessionários	77	(193)
Outros	1.157	(452)
	<u>1.234</u>	<u>(645)</u>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Encargos Setoriais	106	147
Fornecedores	61	(150)
Obrigações sociais e trabalhistas	69	63
Tributos e Contribuição Social	(416)	326
Outros	(751)	(48)
	<u>(931)</u>	<u>338</u>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(72)	(800)
	<u>12.005</u>	<u>9.327</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Imobilizado	(90)	(5)
Intangível	(74)	(30)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(276)
Resgate de títulos e valores mobiliários	271	314
	<u>107</u>	<u>3</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.000	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(21.822)	(5.525)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.686)	(2.640)
	<u>(11.508)</u>	<u>(8.165)</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>604</b>	<b>1.079</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	2.027	948
No fim do exercício	<u>2.631</u>	<u>2.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 14.308	IPCA

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (a “Companhia” ou “ETES”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias em 27 de abril de 2018.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**Moeda funcional e de apresentação:** As informações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

### **3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias**

**Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, usando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

**Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

**Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

**Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

**Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

### **Tributação**

#### **Impostos sobre a receita**

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

#### **Imposto de renda e contribuição social:**

- Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### **Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

**Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

**Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

**Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

**Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

**Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### **Taxas regulamentares:**

**Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 4. Concessionárias e Permissionárias

### Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES				TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.556	5	19	103	1.683	1.760
<b>TOTAL</b>	<b>1.556</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>103</b>	<b>1.683</b>	<b>1.760</b>

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

## 5. Imobilizado e Intangível

### 5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>71.540</b>	-	-	<b>37</b>	<b>71.577</b>	<b>37</b>	<b>(17.792)</b>	<b>53.785</b>	<b>56.617</b>
Terenos	187	-	-	-	187	-	-	187	187
Edificações, Obras Cíveis e Beneficórias	2.201	-	-	-	2.201	-	(616)	1.585	1.613
Máquinas e Equipamentos	69.133	-	-	48	69.181	48	(17.172)	52.009	54.806
Móveis e Utensílios	19	-	-	(11)	8	(11)	(4)	4	11
<b>Administração</b>	<b>25</b>	-	-	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>4</b>	<b>(24)</b>	<b>5</b>	<b>9</b>
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	27	27	27	(23)	4	-
Móveis e Utensílios	25	-	-	(23)	2	(23)	(1)	1	9
<b>Subtotal</b>	<b>71.565</b>	-	-	<b>41</b>	<b>71.606</b>	<b>41</b>	<b>(17.816)</b>	<b>53.790</b>	<b>56.626</b>

  

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>278</b>	<b>82</b>	-	<b>(37)</b>	<b>323</b>	-	-	<b>323</b>	<b>278</b>
Máquinas e Equipamentos	52	37	-	(37)	52	-	-	52	52
Móveis e Utensílios	-	45	-	-	45	-	-	45	-
Outros	226	-	-	-	226	-	-	226	226
<b>Administração</b>	<b>114</b>	<b>8</b>	-	<b>(4)</b>	<b>118</b>	<b>4</b>	-	<b>118</b>	<b>114</b>
Outros	114	8	-	(4)	118	4	-	118	114
<b>Subtotal</b>	<b>392</b>	<b>90</b>	-	<b>(41)</b>	<b>441</b>	<b>4</b>	-	<b>441</b>	<b>392</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>71.957</b>	<b>90</b>	-	-	<b>72.047</b>	<b>45</b>	<b>(17.816)</b>	<b>54.231</b>	<b>57.018</b>

### 5.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>922</b>	-	-	-	<b>922</b>	-	<b>922</b>	<b>922</b>
Servidões	922	-	-	-	922	-	922	922
<b>Subtotal</b>	<b>922</b>	-	-	-	<b>922</b>	-	<b>922</b>	<b>922</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>30</b>	<b>74</b>	-	-	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>30</b>
Servidões	30	45	-	-	75	75	75	30
Softwares	-	29	-	-	29	29	29	-
<b>Subtotal</b>	<b>30</b>	<b>74</b>	-	-	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>30</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>952</b>	<b>74</b>	-	-	<b>1.026</b>	<b>104</b>	<b>1.026</b>	<b>952</b>



## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão		71.577	(17.792)	53.785	56.617
Custo Histórico	4,01%	71.577	(17.792)	53.785	56.617
Administração		29	(24)	5	9
Custo Histórico	24%	29	(24)	5	9
		<b>71.606</b>	<b>(17.816)</b>	<b>53.790</b>	<b>56.626</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		323	-	323	278
Administração		118	-	118	114
		<b>441</b>	<b>-</b>	<b>441</b>	<b>392</b>
		<b>72.047</b>	<b>(17.816)</b>	<b>54.231</b>	<b>57.018</b>

5.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Máquinas e Equipamentos	38	52	90
<b>Total das Adições</b>	<b>38</b>	<b>52</b>	<b>90</b>

5.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 6. Empréstimos e Financiamentos

### 6.1. Abertura do Endividamento

Em 31 de dezembro de 2017:

Em 14 de dezembro de 2017 houve a liquidação antecipada de todos os contratos abaixo mencionados.

Em 31 de dezembro de 2016:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplência / Resgatados	Data Captação / Resgate	Tipo de Garantia	Indexador do Juro	Spread % a.a.	Data Próximo Pago Juros	Frequência Paga Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amort.	Sistemática Amortização	Orçamento de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
9	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	89	3.973	18.319	20.281													3.969	3.969	2.349	2.349	3.291	1.750	18.319	
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	89	3.973	18.319	20.281													3.969	3.969	2.349	2.349	3.291	1.750	18.319	
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111																								
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01																								

### 6.2. Abertura dos Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	-	4.806	-	4.806
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	4.806	-	4.806
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	2.631	-	2.631
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	2.175	-	2.175

Em 31 de dezembro de 2016:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	-	4.278	-	4.278
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	4.278	-	4.278
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	2.027	-	2.027
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	2.251	-	2.251

### 6.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
		-	-	-	-	-
11	(+) Dívida Bruta	-	-	-	-	20.257
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	20.257
12	(-) Ativos Financeiros	-	(4.806)	-	(4.806)	(4.278)
12.1	Alta Liquidez	-	(2.631)	-	(2.631)	(2.027)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	(2.175)	-	(2.175)	(2.251)
13	(+) Dívida Líquida I	-	(4.806)	-	(4.806)	15.979
14	(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
15	(+) Dívida Líquida II	-	(4.806)	-	(4.806)	15.979

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Partes relacionadas

#### 7.1. Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 dezembro de 2016, a remuneração da alta administração foi de R\$ 178 e R\$ 212, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

#### 7.2. Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo de 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$ 7.755.

#### 7.3. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 13 de dezembro de 2017, a controladora Alupar Investimentos S.A. realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de 12.000.

### 8. Patrimônio Líquido

#### 8.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 29.064, representado por 29.064.000.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho da Administração	1	0,00	1	0,00
	<u>29.064.000</u>	<u>100,00</u>	<u>29.064.000</u>	<u>100,00</u>

#### 8.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Reservas de lucros</b>		
Reserva legal	2.781	2.386
Reserva especial para incentivos fiscais	2.831	1.545
Outras	6.735	9.094
	<u>12.347</u>	<u>13.025</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Reserva de incentivo fiscal: A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia formalizou e obteve junto à SUDAM o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 123/2010, em 75% até 31/12/2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia capitalizou incentivo fiscal no valor de R\$ 1.286 sendo o segundo ano de utilização.

Outras: Refere-se ao saldo do lucro não distribuído.

### 9. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	15.714	15.139
<b>Total</b>	<b>15.714</b>	<b>15.139</b>

### 10. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
<b>Pessoal</b>	<b>984</b>	<b>1.066</b>
Remuneração	542	589
Encargos	194	200
Previdência privada	1	7
Assistência médica	68	8
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	117	117
Outros	62	145
<b>Administradores</b>	<b>178</b>	<b>211</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	122	112
Benefícios dos administradores	56	99
<b>Total</b>	<b>1.162</b>	<b>1.277</b>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.543	6.693
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	2.565	2.276
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Incentivos fiscais - SUDAM	(1.286)	(888)
Outros	(813)	(579)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><b>466</b></u>	<u><b>809</b></u>
Taxa efetiva	6,17%	12,08%

### 12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

### 13. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b><u>Ativo Circulante</u></b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.631	-	2.631	2.027	-	2.027
Concessionárias e Permissionárias	1.580	(1.580)	-	1.608	-	1.608
Títulos e valores mobiliários	2.175	-	2.175	2.251	-	2.251
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	17.466	17.466	-	15.831	15.831
Outros Ativos Circulantes	834	-	834	1.916	-	1.916
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>						
Concessionárias e Permissionárias	103	(103)	-	152	-	152
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	72.907	72.907	-	73.046	73.046
Outros Ativos Não Circulantes	197	(61)	136	272	(61)	211
Imobilizado	54.231	(54.072)	159	57.018	(56.895)	123
Intangível	1.026	(1.026)	-	952	(952)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>62.777</b>	<b>33.531</b>	<b>96.308</b>	<b>66.196</b>	<b>30.969</b>	<b>97.165</b>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b><u>Passivo Circulante</u></b>						
Fornecedores	71	-	71	10	-	10
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	-	3.938	-	3.938
Obrigações Sociais e Trabalhistas	204	-	204	135	-	135
Tributos e contribuições sociais a recolher	142	24	166	558	25	583
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	7.755	-	7.755	1.686	-	1.686
Encargos Setoriais	839	-	839	733	-	733
Outros Passivos Circulantes	173	(157)	16	489	(463)	26
						-
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>						
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.000	-	12.000	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	-	16.319	-	16.319
Tributos e contribuições sociais a recolher	-	496	496	-	494	494
Provisão para Litígios	119	-	119	239	-	239
Tributos Diferidos	-	10.110	10.110	-	8.678	8.678
Outros Passivos Não Circulantes	63	-	63	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>21.366</b>	<b>10.473</b>	<b>31.839</b>	<b>24.107</b>	<b>8.734</b>	<b>32.841</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	29.064	-	29.064	29.064	-	29.064
Reservas de Lucros	12.347	23.058	35.405	13.025	22.235	35.260
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>41.411</b>	<b>23.058</b>	<b>64.469</b>	<b>42.089</b>	<b>22.235</b>	<b>64.324</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>62.777</b>	<b>33.531</b>	<b>96.308</b>	<b>66.196</b>	<b>30.969</b>	<b>97.165</b>

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em Continuidade</b>						
<b>Receita / Ingresso</b>						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	15.714	(15.714)	-	15.139	(15.139)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	2.718	2.718	-	2.650	2.650
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	80	80	-	35	35
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	12.420	12.420	-	12.575	12.575
<b>Tributos</b>						
PIS-PASEP	(192)	-	(192)	(315)	-	(315)
Cofins	(884)	-	(884)	(1.414)	-	(1.414)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(55)	-	(55)	(53)	-	(53)
Reserva Global de Reversão - RGR	(409)	-	(409)	(394)	-	(394)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(55)	-	(55)	(53)	-	(53)
Ministério de minas e energia - MME	(30)	-	(30)	(26)	-	(26)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(63)	-	(63)	(61)	-	(61)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>						
	<b>14.026</b>	<b>(496)</b>	<b>13.530</b>	<b>12.823</b>	<b>121</b>	<b>12.944</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>						
	<b>14.026</b>	<b>(496)</b>	<b>13.530</b>	<b>12.823</b>	<b>121</b>	<b>12.944</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>						
Pessoal e Administradores	(1.162)	-	(1.162)	(1.277)	-	(1.277)
Material	(119)	-	(119)	(68)	-	(68)
Serviço de terceiros	(1.083)	-	(1.083)	(792)	-	(792)
Arrendamentos e aluguéis	(237)	-	(237)	(215)	-	(215)
Seguros	(31)	-	(31)	(28)	-	(28)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(15)	-	(15)
Provisões	29	-	29	(128)	-	(128)
Tributos	(17)	-	(17)	(57)	-	(57)
Depreciação	(2.880)	2.872	(8)	(2.021)	2.018	(3)
Outros	34	-	34	(13)	-	(13)
Custo de construção	-	(121)	(121)	-	(35)	(35)
<b>Resultado da Atividade</b>						
	<b>8.560</b>	<b>2.255</b>	<b>10.815</b>	<b>8.209</b>	<b>2.104</b>	<b>10.313</b>
<b>Resultado Financeiro</b>						
Despesas Financeiras	(1.657)	-	(1.657)	(2.111)	-	(2.111)
Receitas Financeiras	640	-	640	595	-	595
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>						
	<b>7.543</b>	<b>2.255</b>	<b>9.798</b>	<b>6.693</b>	<b>2.104</b>	<b>8.797</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(466)	(1.432)	(1.898)	(809)	(885)	(1.694)
<b>Operações Descontinuadas</b>						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	7.077	823	7.900	5.884	1.219	7.103
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>						
<b>Lucro Por Ação</b>						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,243497		0,271814	0,202450		0,244392
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,243497		0,271814	0,202450		0,244392
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,243497		0,271814	0,202450		0,244392
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,243497		0,271814	0,202450		0,244392

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

## 13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.



## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

**13.1.1.** No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

**13.1.1.1. Receita de implantação de infraestrutura:** A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

**13.1.1.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

**13.1.1.3. Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

### **13.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

## **13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	64.469	64.324
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(33.531)	(30.969)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	10.473	8.734
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>41.411</u></u>	<u><u>42.089</u></u>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido conforme contabilidade societária	7.900	7.103
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(2.255)	(2.104)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.432	885
Lucro líquido regulatório	<b>7.077</b>	<b>5.884</b>

### 14. Instrumentos financeiros

#### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

#### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

#### Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II as concessionárias e permissionárias, os títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

### **Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

#### **Risco de crédito**

**a.** Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que à Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

#### **Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

#### **Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

#### **Risco de taxas de juros**

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJPL.

#### **Risco de preço**

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

#### **Risco operacional**

##### **Risco de interrupção do serviço**

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

## **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **Risco técnico**

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

### **15. Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui qualquer passivo atuarial decorrente dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.